

Sr. Presidente,

Encaminhamos a V. Excelência para apreciação desse Órgão à Prestação de contas geral desta Prefeitura municipal relativa ao exercício de 2018.

A execução orçamentária foi efetuada em consonância com o disposto na Lei 4.320/64, Lei nº 101/2000 e as novas regras aplicadas ao setor público (MCASP), como pode ser observado nas peças que acompanham a presente prestação e contas.

A Lei municipal que aprovou o orçamento para o exercício de 2018 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 17.486.142,00 (Dezessete milhões quatrocentos e oitenta e seis mil cento e quarenta e dois reais), evidenciando o equilíbrio. No decorrer do exercício foram abertos créditos suplementares e adicionais no valor de R\$ 7.726.200,00 (Sete milhões setecentos e vinte e seis mil e duzentos reais), assim discriminados:

CRÉDITO	VALOR	ORIGEM DOS RECURSOS
Suplementar	R\$ 7.726.200,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Fica evidenciado que não houve alteração quantitativa e a execução foi de R\$ 16.209.567,90 (Dezesseis milhões duzentos e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e noventa centavos):

DESPESAS POR UNIDADES

UNID.	NOME	VALOR
01.01.00	CAMARA MUNICIPAL	559.091,18
02.02.00	GABINETE DO PREFEITO	249.866,30
02.03.00	SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO GERAL	1.890.804,28
02.04.00	SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.115.348,99
02.05.00	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, SAN. M. AMB. E REC. HIDRICOS	1.440.426,09
02.06.00	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	823.036,31
02.07.00	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	288.949,51
02.08.00	SEC. MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS	84.992,00
02.09.00	SEC. MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	103.285,41
02.10.00	SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA	373.139,19
02.12.00	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME	583.889,24

02.13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	4.687.554,35
02.14.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIAL – FMAS	547.850,83
02.17.00	FUNDEB	3.284.157,21
02.18.00	UNID. MUN. DE SAÚDE	<u>177.177,01</u>
	TOTAL GERAL	16.209.567,90

DESPESAS POR FUNÇÕES

FUNÇÃO	NOME	VALOR
01	LEGISLATIVA	559.091,18
04	ADMINISTRAÇÃO	3.576.274,60
08	ASSISTENCIA SOCIAL	622.936,65
10	SAÚDE	5.153.680,87
11	TRABALHO	149.763,35
12	EDUCAÇÃO	4.677.230,06
14	DIREITO DA CIDADANIA	28.199,59
15	URBANISMO	254.224,50
17	SANEAMENTO	544.423,32
20	AGRICULTURA	373.139,19
25	ENERGIA	171.759,89
26	TRANSPORTE	84.992,00
27	DESPORTO E LAZER	13.852,70
28	ENCARGOS ESPECIAIS	<u>0,00</u>
	TOTAL	16.209.567,90

DESPESAS – CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES	14.876.080,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.766.852,87
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.109.227,99
DESPESAS DE CAPITAL	1.333.487,04
INVESTIMENTOS	1.066.152,93
INVERSOES FINANCEIRAS	0.00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	267.334,11
TOTAL GERAL	16.209.567,90

RECEITA

A Receita Orçamentária foi de R\$ 15.749.427,43 (Quinze milhões setecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos), evidenciado no quadro comparativo da receita orçada com a arrecadada de um déficit de arrecadação no valor de R\$ 1.736.714,57 (Um milhão setecentos e trinta e seis mil setecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos).

RECEITAS CORRENTES	16.709.328,77
Receita Tributaria	482.262,53
Receita de Contribuições	305.752,35
Receita Patrimonial	41.820,43
Receita de Serviços	0.00
Transferências Correntes	15.879.493,46
Outras Receitas Correntes	0,00
Deduções de Receitas Correntes	(1.494.607,84)
TOTAL	15.214.720,93
RECEITAS DE CAPITAL	0,00

Transferências de Capital	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.214.720,93

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITA ORÇAMENTARIA	15.749.427,43	
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	2.440.838,55	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.142.842,44	
SALDO EXERCICIO ANTERIOR	<u>458.506,23</u>	20.791.614,65
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	16.209.567,90	
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.914.056,04	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.142.842,44	
SALDO EXERCICIO SEGUINTE	<u>525.148,27</u>	20.791.614,65

BALANÇO PATRIMONIAL:

ATIVO CIRCULANTE	774.998,45	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>5.995.781,94</u>	6.770.780,39
PASSIVO CIRCULANTE	901.333,19	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.409.244,76	
PATRIMONIO LIQUIDO	<u>2.460.202,44</u>	6.770.780,39

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	19.803.637,56
VARIA PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	21.709.116,40

RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCICIO	(1.905.478,84)
TOTAIS	19.803.637,56

Foram estas as informações que julgamos necessárias para uma avaliação e colocamo-nos á disposição de Vossa Excelência para quaisquer outros esclarecimentos.

São José do Piauí (PI) 28 de Março de 2019.


João Bezerra Neto
Prefeito Municipal



NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

O Balanço Geral do município integra a prestação de contas de diversos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, representada pelos poderes Executivo e Legislativo em cumprimento à Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Complementar nº 101.

Resumo das Práticas Contábeis aplicadas

Variações Patrimoniais

A contabilização da variação patrimonial abrange os atos e fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais são compostos:

Receitas e Despesas dependentes da Execução Orçamentária

Decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual - LOA. Para as receitas e despesas dependentes da execução orçamentária, decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a execução é feita com a finalidade de possibilitar o aperfeiçoamento do processo de consolidação dos balanços e demais demonstrações contábeis, especialmente com a eliminação das duplas contagens.

Receitas de Contribuição e Serviços de Iluminação Pública - COSIP

A contabilidade solicitou a Eletrobrás, o resumo do processo de cobrança e arrecadação da COSIP referente ao exercício de 2018, com o intuito de deixar bem claro e transparente os lançamentos das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, durante o exercício.

Em resposta, foi encaminhado à contabilidade o que o município não tem, evidenciando a arrecadação da COSIP.

Créditos a Receber

Os Créditos a Receber de Entidades Federais demonstrados no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial no total de R\$ 431.190,47 (quatrocentos e trinta e um mil cento e noventa reais e quarenta e sete centavos) compreendem os recursos de créditos a receber e valores à curto prazo.

Quanto ao percentual de Abertura de Crédito Suplementar:

A LOA - Lei Orçamentária Anual nº 14 de 28 de Novembro de 2017 que normatizou e autorizou o percentual de 30% para abertura de Crédito Suplementar, no decorrer do exercício de 2018, devido a recursos oriundos de emendas parlamentares na pasta da saúde, precisou sofrer modificação em seu Art. 4º, através na Lei nº 20 de 06 de Dezembro de 2018, aprovada por unanimidade e publicada no Diário Oficial dos Municípios constante na Edição nº 3717 página 348 e enviada ao TCE, pois a mesma

entrou em vigor a partir da data de sua publicação mais com efeito retroativo a 01 de Novembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Designar órgãos centrais para movimentar dotações comuns atribuídas às diversas unidades orçamentárias;

II – Abrir Crédito Suplementar ate o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada nesta Lei na forma de que dispõem aos Artigos 7º e 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – Efetuar a transferência de dotação orçamentaria entre os elementos de despesas do mesmo projeto ou atividade, com a finalidade de ajustar alterações e reforçar dotações.

Parágrafo Único – Não será considerado para fins de calculo do limite previsto no inciso II deste artigo os créditos suplementares abertos nas dotações de pessoal, encargos sociais e transferência de dotação orçamentaria conforme o inciso III.

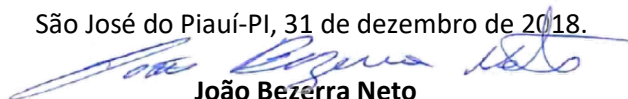
Portanto restou cumprido o percentual para abertura de créditos suplementares, levando em consideração que observado o **Paragrafo Único “grifo nosso”** deste artigo, o percentual de suplementação encerrou o exercício de 2018 com o percentual de **35,82%**, excluindo-se do montante suplementado o valor de R\$ 1.462.000,00 (Um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil reais), a partir da data de efeitos a Lei acima citada conforme o que diz o Paragrafo Único do artigo 4º da Lei nº 020/2018 acima citada. Portanto pedimos que seja observado pelos nobres analista no momento de analise das contas do município.

Disponibilidades Financeiras

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor apurado no Balanço Patrimonial do município em 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma: Caixa R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos) e Banco conta movimento e aplicação financeira no valor de R\$ 333.533,37 (trezentos e trinta e três mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos). Valores a serem transferidos para o exercício seguinte.

A Consolidação das demonstrações contábeis far-se-á pelo ente Federado, qual seja o município de São José do Piauí no Estado do Piauí.

São José do Piauí-PI, 31 de dezembro de 2018.



João Bezerra Neto
Prefeito Municipal

BALANÇO GERAL 2018

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS À CONTA DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS

ORIGEM DA AÇÃO	PRECATÓRIOS	AÇÃO/PROCESSO	VALOR R\$	DATA DE PAGAMENTO
-------------------	-------------	---------------	-----------	----------------------

SEM MOVIMENTO


João Bezerra Neto
Prefeito Municipal

